



O Desafio da Legitimação Social no Jornalismo Pernambucano: Análise da Cobertura das Eleições 2010 pelo Diário de Pernambuco¹

Thaís Assis Vidal²

Heitor Costa Lima da Rocha³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Para o exercício da deliberação pública democrática, o desempenho adequado do jornalismo político é fundamental no estabelecimento de um debate que efetivamente fiscalize as ações dos governantes, principalmente, como forma de viabilizar o atendimento das necessidades sociais através da discussão racional dos problemas vividos pela população. Entretanto, o que acontece muitas vezes, é o desvio deste papel do jornalismo, que se submete a pressões estranhas à esfera pública. Através da análise da cobertura das eleições 2010 de um periódico de referência em Pernambuco, o Diário de Pernambuco, avaliou-se o desempenho do jornalismo político e se constatou que o debate público relevante foi relegado para segundo plano em favor da espetacularização e personificação da disputa eleitoral.

Palavras-chave: Teoria do Jornalismo; Ciência Política; Comunicação.

1. Introdução

A relação da esfera política com a comunicação ganha espaço privilegiado, porque o debate de questões que envolvem a sociedade precisa estar presente para garantir a representação política democrática, e o jornalismo é o meio para isso. Avaliar a prática jornalística é perceber se realmente estão sendo levantadas questões relevantes e válidas ou se o debate no jornalismo tem ficado restrito à absolutização do real, à facticidade, o que existe efetivamente no mundo objetivo, mas cujo sentido não é compartilhado intersubjetivamente no mundo social, configurando um pseudo-consenso porque externo àquilo que é considerado válido e legítimo pela sociedade. Isto acontece principalmente porque o jornalismo transforma-se em instrumento de dominação da esfera pública, já que é o responsável pela articulação da discussão pública, onde é hegemonizado o discurso ideológico dominante. A tarefa essencial do jornalismo só se evidencia no seu procedimento compromissado com a ética do discurso, para garantir o maior nível de inclusão social e, conseqüentemente, de racionalização pública e

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPE, email: thaisvidal15@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor Adjunto do grupo de pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE. Email: hclrocha@gmail.com



fiscalização do exercício de poder, procurando evitar a autonomização da representação política dos seus representados, ou seja, a sociedade.

Este é um fenômeno mundial e atinge inclusive os países centrais do Primeiro Mundo. São muitos os que vêem a imprensa como mantenedora da ideologia dominante e até mesmo reprodutora de um pensamento hegemônico. Como afirma Stuart Hall,

os *media* não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que são só por si naturalmente noticiáveis. ‘As notícias’ são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas (HALL, 1999)

E isso se deve também a fatores relacionados à cadeia produtiva da notícia e seus processos, que envolvem o papel de *gatekeeper* do jornalista e interferem diretamente em como se realiza a prática jornalística:

nenhum aspecto da comunicação é tão impressionante como o enorme número de escolhas e rejeições que têm de ser feitas entre a formação do símbolo na mente do comunicador e o aspecto de um símbolo afim na mente do receptor (SCHRAMM, 1944 apud. WHITE, 1999)

O jornalista como *gatekeeper* é responsável por escolher o que será veiculado e o que não será, sob critérios que podem ser justificáveis, ou não, mas que estão sempre respaldados pela máxima da liberdade de imprensa, que, como Marx afirma em *Liberdade de Imprensa*, é central:

Goethe disse que o pintor só pinta com êxito aquelas belezas femininas cujo tipo ele tenha amado como indivíduos vivos alguma vez. A liberdade da imprensa também é uma beleza – embora não seja precisamente feminina – que o indivíduo deve ter amado para assim poder defendê-la. (MARX, 1842, p. 18).

Para compreender como a liberdade e a opinião pública unem-se à política, Habermas observa o esfriamento da esfera pública, o que reduz sua ação participativa na construção do jornalismo, que é feito para o público, mas que não necessariamente vem a atender suas necessidades. O ideal seria uma abertura do debate político para a esfera pública, de modo a mobilizá-la através da discussão publicizada pelos meios de comunicação, como destaca Jürgen Habermas:

Nem todos os interesses podem ser representados publicamente. Por isso, a esfera pública das comunicações políticas – (destacada por Kant) e aliada à expectativa de que os proponentes são consistentes em seus proferimentos e capazes de explicar coerentemente as suas propostas – exerce uma coerção procedimental saudável. (HABERMAS, 1929, p. 71)



A preocupação maior, que partilha importância com o cuidado que se deve tomar com as informações e a validade delas, é a de que o jornalismo limite, por suas pressões de produção, o acesso do público a um debate relevante. O jornalismo de campanha, como já constatado em outras pesquisas, sofre com pressões do processo eleitoral em si, que o levam a se adequar em alguns pontos, como por exemplo: ter que selecionar diferentes setoristas para cobrir a agenda de campanha de diferentes candidatos; utilizar muitos dados e informações provenientes de assessorias de imprensa; o deadline e as questões de tempo e espaço; e até mesmo a concessão de espaço privilegiado para os partidos maiores em detrimento dos menores, muitas vezes por questões que estão à cima da ética jornalística, mas diretamente ligadas a questões político-empresariais.

Na análise de Daniel Hallin, há três esferas no jornalismo: a do consenso (em que os jornalistas não apresentam versões dissensuais por não se sentirem na obrigação de fazê-lo, seguem reproduzindo o pensamento único do discurso ideológico dominante, devendo melhor ser entendida como esfera do pseudo-consenso); a do desvio (que constitui aquilo que é relegado por não fazer parte do discurso hegemônico e consensual); e a da controvérsia legítima (em que ocorre a prática do ideal comunicativo da teoria democrática).

Essa conceituação de Hallin encontra correspondência, apesar das diferenças conceituais entre um autor e outro, na identificação de Habermas das três formas de deliberação na esfera pública: o modelo de acesso interno (em que prevalece, nas questões tratadas pela mídia, a lógica interna das estruturas de poder); o de mobilização (em que a esfera pública surge com certa autoridade e não mais submetida diretamente às estruturas de poder); e o de iniciativa externa (parte de movimentos sociais que institucionalizam na pauta jornalísticas certos temas de relevância social que a estrutura de poder pretendia manter excluídos da visibilidade pública, de forma a criar opinião, vontade política e poder comunicativo para cobrar mudanças na ordem institucional capazes de conferir mais representatividade e legitimidade à ordem estabelecida).

2. Metodologia

Para avaliar a prática do jornalismo de campanha no período entre 1º de agosto e 04 de outubro (quando publicados nos veículos os resultados das eleições do 1º turno de 2010), foram construídos critérios para identificar a relevância da notícia, se passível ou não de controvérsia significativa. Nesse caso, enquadrá-la significa evidenciar que



temáticas estão mais presentes, se são as que abordam os problemas da população, as propostas, os resultados já obtidos e o que se pode fazer; ou, em caso de não relevante, assuntos particulares dos candidatos ou o que um candidato disse sobre o outro fora da pauta dos temas que dizem respeito efetivamente às necessidades da sociedade. De qualquer maneira, o ideal buscado pelo jornalismo deveria atender às necessidades sociais, logo, não deveria haver notícias que se enquadrassem no quesito não passível de controvérsia significativa, pois isso evidencia uma falha no papel esperado do jornalismo e do veículo de comunicação, com afastamento do padrão de excelência e credibilidade exigido pela prática democrática.

No caso do enquadramento, entre versão única ou mais de uma versão, o fato de atender a determinado item coloca em questão a busca do jornalista pela diversificação de fonte, o que significa criar pluralidade no discurso, e não apresentar exclusivamente a ideia hegemônica. As subdivisões neste quesito, no caso da versão única, colocam as notícias enquadradas em dois tipos, as que usam uma ou mais de uma fonte, como forma de mostrar quando a versão única é assumidamente única, ou quando ela é mascarada pela presença de diversas fontes de facções diferentes do grupo dominante. No caso das notícias com mais de uma versão, as subdivisões são: com diversidade significativa, em que se aponta para uma prática ideal; e com diversidade sem sentido ou marginalizada, em que o desvio é mascarado para simular o ideal democrático, o debate pluralista de todas as versões existentes sobre as questões abordadas.

Enquadrando as notícias de maneira quantitativa, há uma complementação à análise qualitativa, através da verificação dos dados, ou seja, pode-se afirmar como o periódico trata determinados políticos, ou partidos, se dá espaço semelhante para todos os candidatos, e principalmente se promove um debate relevante para a sociedade ou limita-se a uma cobertura restrita ao factual, que pode ser entendida, segundo Jürgen Habermas (1997), como capitulação (adesão sem reflexão) à ideologia estabelecida faticamente, encenando um “pseudo-consenso” exatamente porque não expressa aspirações reais para o bem social.

Também se pode analisar qualitativamente a forma como o público é presumido nas estratégias de construção da notícia, de acordo com duas variáveis: com uma visão consciente e responsável da importância da participação política cidadã ou com uma visão naturalizada que não concebe a possibilidade do indivíduo, através do exercício da cidadania, participar da construção social da realidade.

Isso porque a política pode ser tratada como hermética e restrita, como afirma Habermas, quando, “seguindo o caminho de outros sistemas funcionais”, a política “tornou-se independente transformando-se num círculo de comunicação fechado em si mesmo” (HABERMAS, 1929, p. 30). Mas essa realidade amplia o papel do jornalista como articulador da opinião pública, pois exige dele um desempenho responsável diante do trato com a informação que transita entre a esfera política e a esfera pública.

Complementando a análise qualitativa e, para ratificar a participação do jornalista na construção da notícia em seu papel de *gatekeeper* ou, em contraponto, diante de sua posição não necessariamente livre de pressões que controlam as relações de poder nos meios de comunicação, foram entrevistados o editor do caderno de política no período de campanha, Marcos Seabra, e a editora assistente e diretora de redação do Diário de Pernambuco, Andrea Pinheiro. Da entrevista, o conteúdo foi organizado em três categorias analíticas, em que os conceitos provenientes dos resultados estão respaldados por trechos das entrevistas, presentes no item 3 deste artigo.

A primeira categoria analítica é sobre o tipo de notícia: como a cobertura é feita, o que se torna notícia, o que interessa como valor notícia para as pautas de política e a busca pela diversidade significativa. Nesse primeiro critério, o discurso presente nas entrevistas foi dividido em dois sub-tópicos: *Avaliação da cobertura* e *O que é notícia*: a pauta na cobertura política eleitoral, em que a análise parte de uma observação da seleção dos fatos da campanha. A segunda categoria analítica avalia a prática geral, com o tema *Cobertura: eleitoral e não eleitoral*, o que há de diferente e qual o grau de satisfação dos jornalistas com ambas as coberturas. Para finalizar, a terceira categoria tem como foco *Versões e Fontes*: a busca ideal por mais versões e fontes; a ampliação da utilização de fontes da sociedade civil.

As entrevistas foram realizadas por e-mail, com Marcos Seabra, que não reside mais no Recife, por questões funcionais e com Andrea Pinheiro, por questões de disponibilidade de tempo da jornalista. No caso de Marcos, houve dois retornos, um inicial com as respostas e outro com algumas novas observações posteriores à avaliação pelos pesquisadores. A “decupagem” (transcrição no jargão jornalístico) das entrevistas foi feita seguindo os três critérios de formação discursiva e entra para esta análise com a função de complementar os dados numéricos, a partir de uma análise do discurso.

3. Resultados e discussão

3.1. Apresentação e análise dos gráficos

A partir dos conceitos expostos na metodologia, se torna possível avaliar o desempenho do jornalismo político do Diário de Pernambuco foi realizado na cobertura das eleições em 2010. De acordo com os dados coletados, é possível observar, uma prevalência de temas com validade para a esfera pública, ou seja, as notícias passíveis de controvérsia significativa tiveram uma frequência de 77,4% das matérias analisadas. Porém as temáticas sem relevância e que não propõem debate significativo alcançaram o percentual de 22,6%, o que é um dado negativo, pois qualquer frequência nesta estatística diferente de zero já é comprometedora, visto que não deveria se admitir matérias sem importância ou relevância social na cobertura jornalística, que naturalmente já enfrenta problemas de disponibilidade de espaço.

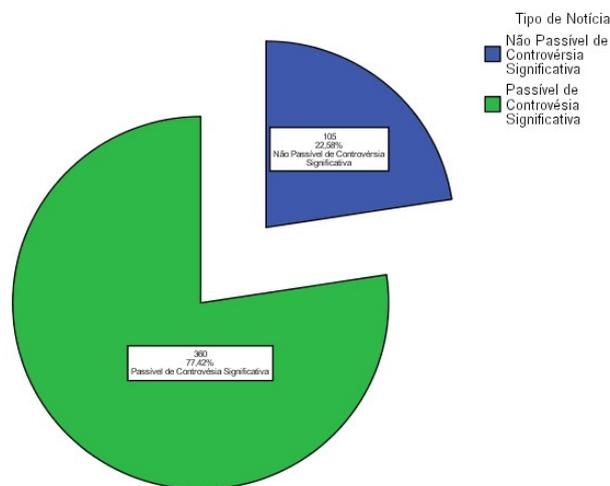


Gráfico 1: Tipo de Notícia – Diário de Pernambuco

Como visto no Gráfico 1, a presença, mesmo que reduzida, de matérias sem relevância, evidencia uma contradição na prática jornalística. A função do *gatekeeper* é escolher e rejeitar, a partir de uma demanda do público leitor e da responsabilidade social de garantir uma diversidade significativa de versões autênticas na articulação da opinião pública. A partir do momento que se coloca em pauta notícias sem relevância, o filtro do *gatekeeper* evidencia um desvio.

É importante frisar, porém, que algumas matérias, como agenda dos candidatos, ou informativos sobre debates e entrevistas realizados por veículos da mesma empresa (Diários Associados), foram tratados como relevantes, pois em tempo de eleição é importante que o eleitor tenha acesso a informações que dizem respeito à campanha. Porém, o que pôde ser constatado, na maioria dos casos, foi uma ênfase maior ao processo eleitoral como espetáculo do que propriamente aos posicionamentos dos

candidatos que deles fizeram parte. Isso revela uma distorção de função, porque o espaço jornalístico de debate, na esfera pública, deveria preocupar-se com os problemas que os eleitos terão que enfrentar e o que os candidatos se propõem, de maneira considerável, fazer.

Também é comprometedor que, apesar da maioria das notícias apresentarem assuntos relevantes, a forma como foram construídas deixa muito a desejar e não pode ser referida à maneira ideal, ou seja, com objetividade e imparcialidade. Como o Gráfico 2, a seguir, mostra,

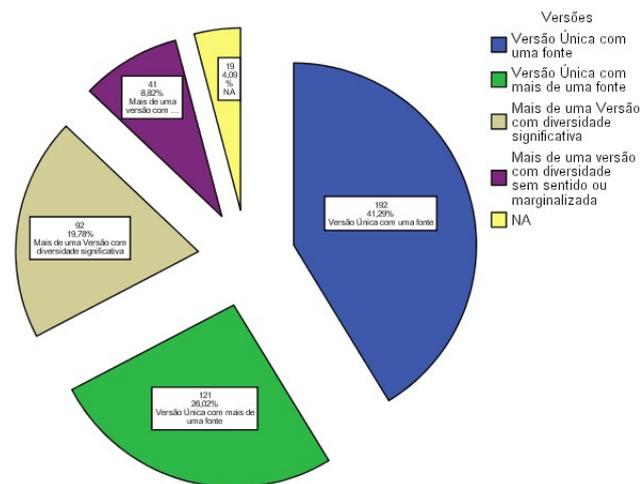


Gráfico 2: Versões – Diário de Pernambuco

67,3% das notícias trazem versão única, sendo 41,3% com apenas uma fonte, e os outros 26% com mais de uma fonte. Os resultados para mais de uma versão somam apenas 28,6% e apresentam somente 19,8% com diversidade significativa na variedade de fonte. Os outros 8,8% exemplificam o caso mais grave na cobertura jornalística, a apresentação de mais de uma fonte com diversidade sem sentido ou marginalizada, o que mostra uma tentativa de maquiagem a notícia monológica, para que pareça trazer um debate relevante com amplo espaço para a apresentação de versões diferenciadas e opostas. Ainda nessa categoria, há um percentual de 4,1% enquadrado como nenhuma das anteriores; esses casos são os que trazem notícias com informações sobre serviços relacionados à campanha, alguns que trazem apenas agenda, ou que divulgam debate, sem consultar alguma voz para qualificar a notícia.

O que pode ser constatado é que o ideal na apuração e busca de fontes, a variedade, não chega nem a um quarto das notícias, o número de 19,8% para as matérias com diversidade significativa mostra que não está sendo atingido o ideal de prática

jornalística. O que deve ser também tratado com destaque é o alto percentual para versão única, tanto nos 26% com mais de uma fonte, em que se tem uma tentativa de simular a diversificação de versões através da variedade de fontes, mas procedida sem êxito, pois não se altera o caráter de pensamento único na interpretação da realidade. Quanto aos 41,3% das notícias com apenas uma fonte, verifica-se um número altíssimo de apresentação de forma monológica, o que chega a quase metade dos casos. Isso pode ser atribuído ao aspecto já citado de que muitas vezes os jornalistas cobrem um candidato ou partido específico, mas não justifica a prática não dialógica no jornalismo, principalmente político.

Os resultados mostraram também que, em mais da metade das notícias, o Diário se posiciona favoravelmente a algum candidato. Para os governistas, em 26% das matérias, para os oposicionistas em 20%, e para ambos em 7,8%. Isso mostra que é mais comum o veículo se posicionar em relação aos partidos e coligações do que preservar sua neutralidade e objetividade, como se espera: “a ‘objetividade’ pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos de sua profissão” (TUCHMAN apud TRAQUINA, 1999. p. 74).

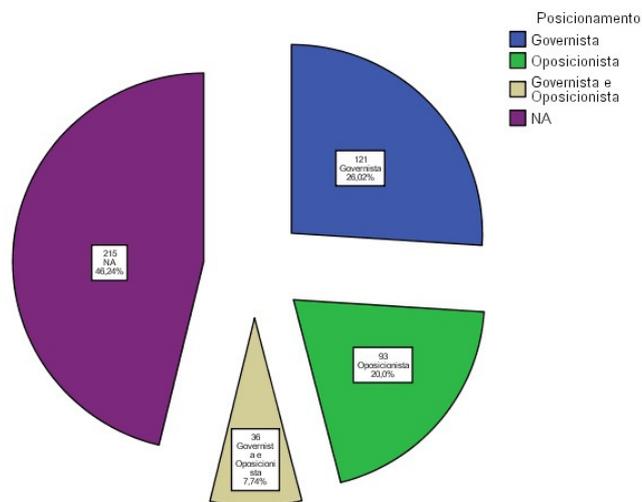


Gráfico 4: Posicionamento – Diário de Pernambuco

A partir da análise das notícias publicadas pelo veículo comunicacional neste período, foi possível constatar que, durante a campanha, foram privilegiados os principais candidatos ao governo de Pernambuco, Eduardo Campos, do PSB, (reeleito em 3 de outubro de 2010) e Jarbas Vasconcelos, do PMDB. Os dois representam lideranças historicamente opostas no estado e protagonizaram a campanha eleitoral nos principais veículos de comunicação pernambucanos. No caso do Diário de Pernambuco,



a cobertura se deu ancorada em suas agendas, a partir das quais, os jornalistas tinham acesso aos candidatos e, por conseguinte, podiam propor pautas em que utilizavam os políticos como personagens e fontes. Também foi constatado que atores políticos predominam nas matérias deste período eleitoral, e isso comprova o foco do veículo partindo dos atores políticos e não da política em si. Os números para matérias com participação de sociedade civil ou de populares atingem o reduzido percentual de 17%, contra 83% que contam predominantemente com agentes políticos.

O que deve ser destacado também é que o espaço dado a candidatos de partidos menores, os “nanicos”⁴, na disputa estadual foi menor, e, muitas vezes, as aparições estiveram vinculadas aos principais candidatos, Eduardo Campos e Jarbas Vasconcelos.

As matérias seguintes: “Saúde na mira do PSOL” e “PV indica que pode se aliar a Eduardo” mostram duas das maneiras em que os candidatos menores apareceram predominantemente. Na primeira, de 25 de agosto de 2010, fala-se de problemas na saúde, mas a partir da ótica de uma denúncia por parte do PSOL, e não com propostas do partido, e na segunda, de 24 de setembro de 2010, o candidato do PV Sérgio Xavier, aparece em função do governador-candidato Eduardo Campos, já prevendo um possível apoio a sua reeleição⁵.

É fundamental frisar que a estrutura eleitoral representada na metáfora “corrida de cavalos”, acompanha o processo de cobertura jornalístico. A partir de um estado de disputa, natural da campanha, o jornal se torna espaço para que as “rinhas” entre candidatos venham a público e os percentuais de pesquisas de intenção tornem-se mais importantes e influentes que um possível debate relevante e formador de opinião. No lugar de debaterem propostas e problemas, o espaço é ocupado com insultos e réplicas, como exemplificado nas manchetes de algumas notícias: “Jarbas critica aparição de Lula em guia” (26 de agosto); “Eduardo responde na rua a ataques de Jarbas no guia” (27 de agosto); “Marco Maciel rebate Lula” (29 de agosto).

Mas há algo a ser destacado positivamente; mesmo diante de um período eleitoral, o Diário permaneceu cobrindo pautas relacionadas à Prefeitura do Recife, como em 03 de agosto, com a notícia “Mais uma baixa na prefeitura”, que é exemplo também do bom exercício jornalístico, com neutralidade, relevância temática e zelo de apuração, pois se cria um debate e se dá voz eficaz para ambas as partes, e

⁴ Edílson Silva (PSOL); Sérgio Xavier (PV); Fernando Rodovalho (PRTB); Jair Pedro (PSTU); Roberto Numeriano (PCB). Anselmo Campelo (PRTB) desistiu da candidatura em 12 de agosto, sendo substituído por Rodovalho.

⁵ Esse apoio acaba por concretiza-se com a nomeação de Sérgio Xavier para a Secretaria de Meio Ambiente.

principalmente, traz uma problemática de interesse público, um pedido de demissão dentro da Prefeitura.

3.2. Apresentação e análise das entrevistas

3.2.1. Categoria analítica 1: Tipo de notícia: como a cobertura é feita, o que se torna notícia, o que interessa como valor notícia para as pautas de política, a busca pela diversidade significativa.

Ao avaliar a cobertura política realizada pelos jornais, os jornalistas Marcos Seabra e Andrea Pinheiro discordam. Enquanto para a editora assistente, há uma busca pela isonomia, pela apresentação de propostas e candidatos sem diferenciação: “Acredito que os jornais procuram, durante o período eleitoral, de forma geral, apresentar os candidatos em disputa e suas propostas, com isonomia, transparência e sem privilegiar um candidato em detrimento do outro” (PINHEIRO, 2011), a opinião do ex-editor, Marcos, é de que “o noticiário se baseia nas relações pessoais dos candidatos com as redações (repórteres e editores) que, por sua vez, ficam à mercê das relações institucionais de cada um dos veículos” (SEABRA, 2011).

Segundo Andrea, porém, termina acontecendo um fenômeno de desigualdade, diante das restrições estruturais, como o valor do papel e a presença de notícias. O resultado disso é a maior publicação das notícias relacionadas aos candidatos mais bem colocados, caindo por terra, o que se tem inicialmente como proposta para a cobertura política, principalmente de campanha: espaço para todos. “A disputa para o Poder Legislativo costuma ganhar menos destaque, porque o número de candidatos é maior e não há como garantir “espaços iguais” a todos. Em 2010, Eduardo Campos e Jarbas Vasconcelos obtiveram mais espaço em relação aos chamados candidatos nanicos, como Sérgio Xavier e Edilson Silva. O mesmo valeu para a disputa presidencial, com Dilma Rousseff e José Serra ganhando mais destaque” (PINHEIRO, 2011).

A respeito da diversidade significativa das notícias e da abordagem de versões diferenciadas, os jornalistas destacam a fragilidade desse aspecto. Para Marcos, isso é consequência da prática do jornalismo e os fatos falam por si só, o que termina por viabilizar uma notícia mesmo que não haja fontes, como exemplifica: “durante a última campanha no Recife, vários candidatos colocaram suas propagandas em locais proibidos pela legislação. Fato: “Fulano está burlando a lei eleitoral”, não há o quê acrescentar, nem é preciso aspas. Porém, se a acusação parte de alguém - exceto o jornalista - os fatos precisam ser checados (documentos) para depois serem apresentados” (SEABRA,



2011). Como Andrea pontua, princípios básicos do jornalismo são rompidos, pois “pela regra do jornalismo, qualquer notícia deve ouvir todos os lados. Em campanhas, é comum críticas ou até acusações entre candidatos. Procuramos sempre ouvir os dois lados. Muitas vezes, isso não é possível no mesmo dia. Então, publica-se no dia seguinte. Quando se trata de apresentar propostas, procuramos ouvir todos” (PINHEIRO, 2011). Mas a realidade é que nem sempre a pluralidade é realmente significativa, ela pode vir como uma monologicidade mascarada.

Do discurso de Marcos e Andrea é possível inferir a realidade apontada pelos números e pelas notícias avaliadas como amostra. Quando afirmam as relações pessoais, ou as negam, tratando de neutralidade, ambos os discursos apontam a fragilidade do poder do jornalista diante da campanha, no sentido de que ele está submetido à estrutura de busca de fontes e de pautas que termina por não privilegiar a diversidade.

Ao se tratar de período de campanha, o que se torna mais comum é a presença da agenda do candidato como ponto de partida para a cobertura completa. Como os dois jornalistas afirmam, a campanha é o momento em que muitas vezes surgem denúncias e propostas, então mesmo que não seja o ideal, como se pode inferir nas duas entrevistas pelo conteúdo apresentado diante dessa questão, acompanhar o candidato termina sendo a única forma encontrada pelos veículos de tratar da campanha.

O ideal nunca foi falar dos personagens em detrimento dos problemas, mas é isso que prevalece, segundo os jornalistas, os dados e as matérias da amostra. Segundo Andrea, “no "mundo perfeito", as propostas deveriam ser o centro das discussões. Essa (agenda x propostas) é uma briga diária dos editores” (PINHEIRO, 2011) e isso recai sobre o problema da falta de espaço e ainda do não cumprimento do papel social do jornalista para a promoção do debate direto e de interesse da esfera pública.

Ambos os jornalistas apresentam insatisfação diante da prática jornalística e principalmente da cobertura de campanha. Andrea aparece sempre com posições menos enfáticas, já Marcos se coloca contrário a maioria dos aspectos que se destacam na prática da cobertura política.

3.2.2. Categoria analítica 2: Cobertura: eleitoral e não eleitoral, o que há de diferente e qual o grau de satisfação dos jornalistas com ambas as coberturas.

A cobertura eleitoral é vista de forma diferente da cobertura não-eleitoral e de fato, sua prática apresenta algumas diferenças, começando pelo já dito na categoria analítica 1 (item 3.2.1) sobre a utilização de agenda do candidato como base para pautas. Dessa forma, a disputa eleitoral ganha mais espaço que as questões



administrativas, e o jornal torna-se um espaço para brigas pessoais e não para o debate de propostas, relegado a segundo plano. Como destaca Marcos, “o que temos é espaço editorial dedicado a brigas pessoais entre candidatos, espaço para promessas infundadas e ‘fococas’ partidárias” (SEABRA, 2011). Na realidade, a cobertura de eleições deve mostrar plataformas eleitorais e não disputas partidárias, mas no período eleitoral, “qualquer matéria que diga respeito à administração pública em tempos de campanha sugere parcialidade, ou seja, se criticar uma determinada ação é considerado que você está fazendo campanha para o opositor. E vice e versa” (SEABRA, 2011). No período não eleitoral, o foco deve ser “nas ações da gestão pública, em todos os seus aspectos, no trabalho legislativo e tudo o que se refere à fiscalização dos poderes” (SEABRA, 2011).

A insatisfação com a cobertura jornalística de política fica clara, porque está baseada em personagens da política partidária quando deveria estar nas ações dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e órgãos fiscalizadores. Além da necessidade de participação do leitor, como afirma Andrea, “Devemos cada vez mais ser pautados pelos interesses da população e menos pela agenda dos candidatos” (PINHEIRO, 2011). Para Marcos, “O jornal vende estereótipos, fococas. Discussões mais profundas sobre um programa de governo, ações de políticas públicas não tem espaço” (SEABRA, 2011). Mas o problema não é apenas unilateral, os jornalistas em seus discursos tendem a apontar a necessidade de encontrar formas de fazer o leitor participar mais da cobertura, e tornar-se menos apático em relação à política.

3.2.3 Categoria analítica 3: Versões e fontes: a busca ideal por mais versões e fontes; a utilização de fontes da sociedade civil.

Em relação às fontes, e aos atores das notícias publicadas, há um pensamento cético e outro otimista. Visualizar uma mudança na relação entre fonte e jornalista cria uma humanização maior no trabalho, o que pluraliza as fontes e reduz o risco de se cair na constante utilização de pautas “oficiais”, o que é bastante negativo para a população. Marcos é enfático ao afirmar que a relação dos jornalistas com as fontes em Pernambuco é promíscua. Para ele, “Há muita proximidade entre os jornalistas (repórteres, editores, e outros) e os personagens da notícia. O cozido do Jarbas é muito mais famoso e ofensivo do que se imagina” (SEABRA, 2011). Deve-se destacar a participação de fontes não-políticas, que segundo os jornalistas são importantes: “quando se trata, por exemplo, de abordar as propostas dos candidatos, é interessante ouvir setores que atuam na área” (PINHEIRO, 2011). Mas quando não submetidas à



mesma estrutura de poder hegemônica, ressalta Marcos, “novamente, em Pernambuco existe uma promiscuidade entre a sociedade civil organizada, Justiça, Legislativo e administração pública” (SEABRA, 2011). É visível a ideia do ex-editor de que a autonomia do veículo e do jornalista não existe, nem mesmo das fontes, e isso prova os números, por exemplo, de 67,3% das notícias com versão única, sendo 41,3% com apenas uma fonte, e 26% com mais de uma fonte; e também os 28,6% para mais de uma versão com somente 19,8% com diversidade significativa na variedade de fonte e 8,8% exemplificam o caso mais grave na cobertura jornalística, a apresentação de mais de uma fonte com diversidade sem sentido ou marginalizada.

4. Conclusão

A partir destes números e das constatações qualitativas através da análise de cada uma das 468 notícias ou blocos noticiosos, foi possível perceber que, apesar do predomínio, no Diário de Pernambuco, de temas com diversidade significativa e que promovem uma discussão pública – isso não descarta a irrelevância dos temas com diversidade marginalizada, já discutidos no item anterior –, não o fazem, na maior parte dos casos, de uma maneira dialógica e ainda utilizam artifícios, como a presença de mais de uma fonte, para simular debates públicos significativos. Isso evidencia uma ausência de validade em algumas notícias, por não cumprirem a pluralidade que é exigida na prática jornalística. Ao mesmo tempo em que se constata numericamente essa realidade, é possível ver nos jornalistas uma insatisfação diante, dela, seja explícita, ou mascarada numa tentativa de justificar alguns aspectos da cobertura de campanha.

Outro aspecto que não depende dos índices, mas pode ser avaliado na atuação do jornalismo de campanha do Diário de Pernambuco, é o espaço dado a candidatos menores e o enfoque que lhes é concedido. É possível destacar uma notícia, no dia 03 de agosto, intitulada “PSTU faz campanha ácida no estado”, em que há a primeira aparição destacável de um partido pequeno, mas mesmo assim o que se mostra mais comum é a aparição dos menores em defesa ou ataque dos candidatos maiores e principalmente avaliando suas disputas, que, no caso da campanha para o cargo de governador, foram muito constantes entre os candidatos Jarbas Vasconcelos e Eduardo Campos.

Também é relevante o posicionamento do Diário de Pernambuco favorável, em algumas situações, a certos candidatos, o que quebra com a premissa de objetividade jornalística. Em matéria saída no dia 1º de agosto, intitulada “Com o vento a seu favor”, o candidato Humberto Costa é mostrado logo no início do processo de campanha sob



um ângulo extremamente favorável, além de ser adjetivado como hábil e discreto, e aparece como alguém que honra compromissos políticos e é um “soldado do PT”. Isto pode ser visto neste trecho da matéria: “Todo mundo pode ver as ambulâncias do Samu circulando pelo Recife, a Academia das Cidades, as farmácias populares entre outras bandeiras que sempre cita em discurso.” Tudo parece conspirar a favor do candidato. O trecho, por exemplo, parece vir de uma assessoria, pelo tom de apoio do jornal ao então candidato, que será observado em outras notícias posteriores. Esse apoio ao candidato, porém, visível textualmente, na matéria, é exemplo fiel da afirmação do ex-editor do caderno de política do Diário de Pernambuco, Marcos Seabra, sobre a promiscuidade que cerca as relações entre repórteres ou veículos e políticos em Pernambuco.

As temáticas que envolvem a discussão do exercício democrático, como a notícia de 14 de agosto, intitulada “A conta da Democracia”, ou outras que trazem o debate sobre gastos em campanha e prestação de contas dos candidatos, muitas relacionadas à Lei de Ficha Limpa, precisam ser destacadas como modelo. A notícia do dia 14, acima citada, é um exemplo de boa estruturação e construção da notícia, ainda propondo o debate considerável para o eleitor e trazendo mais de uma versão com diversidade significativa. Também a notícia de 08 de agosto “Projetos cheios de boa vontade” vinculada à notícia “Proposta, que é bom, só no guia”, traz as propostas dos candidatos “nanicos”, o que revela efetivamente a controvérsia significativa, com a apresentação de mais de uma versão com diversidade.

Independente dos números é visível a condição de submissão do meio de comunicação à estrutura que acompanha o processo eleitoral. Como afirmado na pesquisa realizada por Gurevitch e Blumler,

A consciência padronizada do conteúdo reflecte: a necessidade de fornecer um boletim diário, com as suas próprias convenções há muito estabelecidas quanto à extensão da notícia, às técnicas de seleção do discurso, e aos estilos de apresentação visual e verbal; a instituição de uma rotina logística fortemente organizada para obter, e trabalhar numa base diária, a matéria-prima, de eventuais notícias eleitorais; a obrigação de respeitar normas estabelecidas externamente. (GUREVITCH; BLUMLER, 1982. p.191)

O que acontece então é que o papel do jornalista parece enfraquecido como ponte entre o povo e o poder para cobrar ações e o cumprimento legítimo da representação política. Para Habermas, “a tarefa da política não consiste apenas em eliminar regulamentações ineficientes, mas também em criar e garantir condições de vida, no interesse simétrico de todos” (HABERMAS, 1997). O jornalismo entraria nessa



premissa como instrumento para a população entender o que transita entre as esferas pública e privada, e criar a simetria entre todos. Mas não é bem assim que o jornalismo político tem funcionado, pois, apesar da crença na busca por neutralidade, no jornalismo de campanha não é isso que acontece. Como afirmam Gurevitch e Blumler, “Quando obrigada a um modelo imparcial, a interpretação da campanha pode perder a sua força de análise” (GUREVITCH; BLUMLER, 1982. p.212) e é isso que acontece com os jornalistas, que enfraquecidos e muitas vezes sem autonomia podem chegar ao extremo da insatisfação.

Referências

GUREVITCH, Michael. BLUMLER, Jay G. **A construção do noticiário eleitoral**: um estudo de observação na BBC. In: *Individuals in Mass Media Organizations: Creativity and Constraint*, de James S. Ettema e D. Charles Whitney (Eds.), Beverly Hills, Ca: Sage Publications, 1982.

HAAL, Stuarde; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; OBERTS, Brian. **A produção social da notícia**: o mugging nos media. Lisboa: Vega, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, volume I. 1997. Tradução: Flávio Beno Siebeneicher. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALLIN, Daniel C. **We Keep America on Top of the World**: Television journalism and the public sphere. London: Routledge, 1994.

MARX, Karl. **Liberdade de Imprensa**. 1842. Tradução: Cláudia Schlling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 2007.

PINHEIRO, Andrea. Entrevista concedida a autora deste artigo, via e-mail, em 05 de julho de 2011.

SEABRA, Marcos. Entrevistas concedidas a autora deste artigo, via e-mail, em 06 de julho de 2011 e 12 de julho de 2011.

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico**: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, Teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

WHITE, David Manning. **O gatekeeper**: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Editora, 1999.